

Angola em ambiente de reconciliação

## Savimbi admite aceitar uma vice-presidência

PÚBLICO, 16.6.95

O LÍDER da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, disse no Benim que aceitará um lugar de vice-presidente de Angola se o mesmo lhe for oferecido durante as conversações a efectuar sobre um Governo de Unidade e Reconciliação Nacional.

"Nunca recusei nada. Disse a José Eduardo dos Santos que ele é o meu Presidente, apoio-o e estou disposto a trabalhar com ele", afirmou Savimbi à imprensa, em Cotonou, depois de na quarta-feira à noite ter tido conversações com o Presidente do Benim, Nicéphore Soglo.

"Estão em curso negociações, dos dois lados; e se, na divisão de lugares, obtiver a vice-presidência, assumo-a e a UNITA aceitará as pastas que lhe oferecem", acrescentou o chefe do Galo Negro, citado pela agência Reuter.

"Tenho 60 anos, temos de libertar o país e de o deixar a outros. Não queremos ficar com a reputação de destruidores. A nossa riqueza não está no petróleo ou nos diamantes, mas sim no povo angolano", prosseguiu Savimbi, que no próximo mês deverá ir a Luanda dar seguimento ao

encontro que a 6 de Maio teve em Lusaca com o Presidente angolano.

"Não há impasse, não há recusa. Estamos no bom caminho", disse entretanto à televisão local, citado pela France Presse.

De acordo com fontes de Luanda, a Constituição de Angola poderá vir a ser alterada, para se criarem dois cargos de vice-presidente, um para Savimbi e o outro para uma personalidade do MPLA, que poderia vir a ser Fernando França Van-Dunen, actual presidente da Assembleia Nacional.

### "Um estatuto especial"

O Protocolo de Lusaca, de Novembro do ano passado, já diz que "será garantido ao presidente da UNITA um estatuto especial", tendo em conta a sua condição de líder do maior partido da oposição. E que os seus homens vão diri-

gir os ministérios da Geologia e Minas, do Comércio, da Saúde e da Hotelaria e Turismo.

Além disso, a UNITA deverá ficar com os vice-ministros da Defesa, do Interior, das Finanças, da Agricultura, das Obras Públicas, da Reinserção Social e da Comunicação Social, bem como com as embaixadas de Angola no Canadá, no México, na Índia, em Cabo Verde, na Polónia e na UNESCO (em Paris).

Cabe-lhe ainda o governo das províncias do Uíje, da Lunda Sul e do Kuando Kubango, bem como sete vice-governos provinciais e a administração de 30 municípios, incluindo o Huambo e o Cuíto Cuanavale.

Em teoria, está tudo a correr relativamente bem e até ao fim do ano todos estes acertos poderão eventualmente vir a ser concretizados; mas os incidentes entre uma e outra parte não deixam de se verificar.

Ainda na quarta-feira à noite, o subchefe da delegação governamental na Comissão

Conjunta para o cumprimento dos acordos de Lusaca, general Higino

Carneiro, responsabilizou a UNITA por ataques verificados há alguns dias nas províncias de Moxico e Lunda-Norte e na estrada entre Sumbe e o Lobito.

Por seu turno, a Associação dos Angolanos Sobreviventes (ASAS), afecta ao escritório da UNITA em Lisboa, distribuiu esta semana um comunicado de imprensa em que alega que a polícia angolana e a Segurança do Estado têm perseguido e detido militantes de partidos da oposição.

Entre outros casos, fala do delegado do Partido Democrático para o Progresso/Aliança Nacional Angolana (PDP/ANA) na cidade do Uíje, Zissala Mamona, que teria sido detido há um mês e acusado de aliter permanecido durante a presença da UNITA nessa capital provincial.

O aquartelamento e desarmamento das forças de Savimbi principia no fim deste mês, precisamente nas regiões de Uíje e Huambo. ■ J.M.

### AOS BOLSISTAS CABO-VERDIANOS

Aproximam-se as eleições  
em Cabo Verde.

Vá ao Consulado mais próximo e participe  
do REENSEAMENTO.

Você vai poder votar no próprio  
Consulado.

O prazo de reenseamento encerra-se em  
19 de julho.

Não deixe para a última hora.

### Notícias Africanas

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roqui-naldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.

Ministro Marques Mendes tratou em Moçambique da cooperação nos domínios da televisão e rádio

# Lusofonia igual a RTPi?

PÚBLICO, 17.6.95

Luis Pedro Nunes  
em Maputo

**O ministro adjunto Marques Mendes foi a Moçambique "fechar o primeiro ciclo RTPi". Em causa estão milhões de contos gastos em nome dos emigrantes e da língua portuguesa. Lá como cá, se muitos reconhecem que este é o maior esforço alguma vez feito, há também quem pergunte se esta é a melhor maneira de defender a tão propagada lusofonia.**

Segunda-feira à noite, Maputo, Fernando Lima, jornalista moçambicano: "Há uma coisa que te quero perguntar: tenho visto de vez em quando as péssimas telenovelas portuguesas na RTPi e há sempre uma 'alta' mansão, com criadas de farda e a mulher sempre a tratar o marido por senhor... É 'manning' estranho... isso é assim uma coisa tão vulgar em Portugal que apareça em todas as telenovelas?"

Terça-feira ao meio-dia, frente ao luxuoso Hotel Polana, Maputo, Fernando Veloso, outro jornalista moçambicano: "Finalmente os portugueses acordaram, isto da RTPi é uma facada nos ingleses que andaram a ver se Moçambique entrava para a Commonwealth..."

Com mais ou menos críticas à programação da RTP internacional e ao interesse (ou falta dele) que essa programação desperta na população moçambicana, uma coisa era consensual: a abertura da RTPi como segundo canal de Moçambique (que irá funcionar 24 horas por dia, captado por uma antena normal) é a mais importante acção que alguma vez Portugal fez pela defesa (Difusão? Manutenção?) da língua portuguesa neste país. Algo que não parece assim tão evidente do lado de cá.

Quando brevemente for assinado, em Luanda, um protocolo idêntico ao que foi esta semana assinado em Maputo, o canal de televisão português não só chegará a todo o mundo via satélite (mesmo a Timor), como aos cin-

co países africanos de língua portuguesa, numa espécie de segundo canal. Isto é: 24 horas por dia, bastando sintonizar com uma antena normal, sem ser necessária antena parabólica.

Na Televisão de Moçambique (TVM) não deixava de se registar alguma apreensão, por receio de que a RTPi pudesse, afinal, "matar" a televisão nacional. Para mais, uma fatia importante do noticiário internacional e desportivo era cedida pela RTPi. E agora? (Para já a RTPi só emitirá nos tempos 'mortos' da TVM e não deixará de ceder imagens e jogos de futebol à TVM.)

Em Cabo Verde, desde que a RTPi chega por onda hertziana que a televisão local foi relegada para uma secundaríssima posição em termos de audiências. Um semanário de Maputo, o "Savana", titulava desdenhosamente sobre a RTPi: "Vêm aí mais futeboladas."

## "Fim de um ciclo"

À saída de um longo encontro com o Presidente moçambicano Joaquim Chissano, o ministro português Marques Mendes era um homem satisfeito e falava do "fim de um ciclo" (o da criação de infra-estruturas da RTPi) e do início de outro, "o da qualidade de programação".

Confrontado com a pergunta sobre qual o interesse para Moçambique de um canal de televisão pensado para imigrantes portugueses (quase nessa altura, via satélite, estavam a ser transmitidas pela RTPi as Marchas de Santo António, um programa produzido pela TVI), o Presidente Chissano não se deixou ir na conversa do "neocolonialismo": "Mesmo que seja um canal só para os portugueses, não deixa de ser importante. Por que é que não o seria?"

Falou também no lançamento da Comunidade de Língua Portuguesa, na RTPi como ponte entre os dois países e na importância de também a TVM contribuir com programas para a RTPi. "Agora tudo depende da dinâmica das duas partes."

Há sempre contrapartidas, nestes acordos. Vinte e quatro horas antes, tinha sido lançada por Marques Mendes e pelo ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros a primeira pedra do centro de produção da TVM em Maputo (estão contemplados no acordo três emissores, destinados à reserva de emissão nos centros da TVM em Maputo, Beira e Nampula, mais um acordo de co-produção de programas,

além dos emissores da RTPi). Algo que custará a Portugal um milhão de contos.

Há quem pergunte se esse dinheiro — supostamente uma espécie de "pagamento" pela possibilidade de veicular a língua portuguesa e a tantas vezes citada ideia de "lusofonia", mesmo que essa ideia esteja reduzida à programação da RTP — não poderia ser dirigido para outro tipo de acções.

Na segunda-feira à noite, o ministro português deslocou-se à associação portuguesa — umas instalações mínimas, cedidas pela embaixada, onde falou para duas dezenas de portugueses engratados. A sua mensagem foi a de que, "se não aproveitarmos estas oportunidades, alguém o fará, se não o fizermos agora, perderemos para sempre esta oportunidade".

Entre as "queixas" que o programa oficial apertado permitiu apresentar, destacaram-se a necessidade de 150 mil contos para a criação do Centro Cultural Português, a súplica de um professor da faculdade para que sejam enviados códigos de Direito anteriores a 1977, que já não servem para nada em Portugal e que podem ser comprados ao quilo ("Formo juizes que nunca viram um código"), para que se faça algo para que os jornais portugueses cheguem mais baratos (uma assinatura anual do PÚBLICO fica pelos 300 contos portugueses). A escola portuguesa só agora é que irá dispor de instalações próprias...

Para mais, Marques Mendes foi à Universidade Eduardo Mondlane falar por ocasião do encerramento do curso nocturno de Literatura Portuguesa. Estiveram presentes 300 alunos. As carências são enormes. E o interesse nunca foi tão grande. (Mas, na Praça da Independência, junto à catedral e não longe da estátua de Samora Machel, num lindíssimo prédio colonial recuperado, está o Centro Cultural Francês, investimento equivalente a meio milhão de contos portugueses.)

## "Sensibilidades"

Além de que ainda existem algumas "sensibilidades". Nessa terça-feira, junto ao Hotel Polana, quando Marques Mendes já estava atrasado para ir apanhar o avião, o jornalista moçambicano Fernando Veloso permanecia na portaria à espera dos resultados duma reunião sobre o futuro hidroeléctrico de Moçambique, que, além da "portuguesa" Barragem

Cahora Bassa, passará pela criação de outras barragens, que serão financiadas por franceses.

Pergunta-nos, sem grande interesse, resultados da vinda de Marques Mendes. "E onde será esse centro cultural?" Tínhamos ouvido falar na Vila Algarve, uma mansão lindíssima, cheia de azulejos portugueses, já bastante degradada, onde vivem dezenas de deslocados de guerra. Ao ouvir isto, o jornalista exclama: "Isso é uma bomba! Era aí que funcionava a PIDE, isso ainda mexe com a cabeça de muita gente." E correu de gravador em punho para Marques Mendes, que estava a entrar no carro em direcção ao aeroporto. O ministro português não confirmou qualquer localização. O jornalista foi para a redacção escrever.

Mas, afinal, que importância tem um canal televisivo num país onde só existe televisão em directo na capital e onde nas outras duas cidades (Nampula e Beira) os telejornais chegam por cassette com dias de atraso? Onde um general do antigo Comité Central da Frelimo, Carlos Klint, decidiu criar uma TV com o próprio nome (Radiotelevisão Klint), e passam partes de filmes suecos não legendados ou filmes franceses legendados em alemão? Que importância tem a televisão onde grande parte da população vive abaixo do que é reconhecido ser o rendimento mínimo para um ser humano sobreviver?

"Dizem que a televisão é vista por 200 mil pessoas aqui, em Maputo. Eu acho que é muito. É, sim, muito importante para os políticos, que se deliciam a ver-se no ecrã, e mais por vaidade do que por influência 'dos media', dizia um homem atento a estas questões. "Agora, uma coisa é verdade: a televisão chega a casa do pobre. Há pessoas que têm TV e cobram entrada aos vizinhos para irem ver a telenovela brasileira ou o futebol português."

Atacando uma matapa (prato moçambicano), num espaço apartamento na Avenida Julius Nyerere, com a filha a fazer "zapping" entre a TV5 francesa, a CNN, a RTPi e a TVM (que transmitiu um resumo alargado do Sporting-Marítimo, mais um resumo alargado da festa sportinguista, em Lisboa, mais um resumo alargado da carreira de Carlos Queiroz, nascido em Moçambique, por sinal), continuou: "Há actualmente uma abertura às coisas portuguesas como nunca tinha visto. Mas o sector da 'intelligentsia' de Maputo continua a desdenhar tudo o que vem de Portugal."

"A RTPi como está agora não é competitiva para a TVM..."

Continua na pág. 3

Com a nova paz angolana e a estabilização moçambicana,  
o interesse dos empresários portugueses por África volta a manifestar-se

# África agora

EXPRESSO, 17.6.95

## ANTÓNIO EÇA DE QUEIROZ

NO PERÍODO de seis anos compreendido entre 1988 e 1993, o investimento directo português nos países africanos de língua portuguesa não excedeu, segundo fontes do Banco de Portugal, os nove milhões de contos. E se este volume de investimento — considerado «elevado» pelo banco central português — assume realmente alguma importância em Angola e Moçambique, dada a dimensão e potencialidades evidentes destes dois países, o facto é que as diferentes condições locais apontam para situações de sinal quase contrário.

Moçambique, considerado ainda há poucos anos

pelo Banco Mundial como o país mais pobre do mundo, avança agora para uma política de abertura económica, que começou pela produção de legislação atractiva ao investimento estrangeiro e por um processo de privatizações, só possível pela evolução positiva do seu processo de paz. Daqui resultou que Portugal, de quinto maior investidor estrangeiro em 1993 (com 1.046 milhões de contos), passasse em 1994 para o segundo lugar deste «ranking», logo atrás do Reino Unido.

No entanto, se até Março do corrente ano as privatizações em Moçambique já mobilizaram da parte portuguesa (e dos fundos internacionais que os apoiam) cerca de 10 milhões de con-

tos e a promessa de elevado investimento em algumas das empresas adquiridas total ou parcialmente, levantam-se agora algumas nuvens neste cenário aparentemente promissor. Segundo investidores portugueses a operar em Moçambique, contactados pelo EXPRESSO no fórum «Opção África», realizado na semana passada no Euro-parque, sob a égide da Associação Industrial Portuguesa, várias entidades daquele país africano começam já a insurgir-se contra a tomada das empresas locais por estrangeiros, dando a entender que «gostam do nosso dinheiro mas não de nós». E é evidente que nenhum investidor estrangeiro querará apostar em Moçambique se não tiver a garantia de que quem vai gerir as suas empresas são quadros da sua inteira confiança.

centralizada (cinco anos de residência para o investimento no comércio exemplificam-na) e uma população maioritariamente concentrada em centros urbanos que não possuem capacidade logística para a acolher.

«O primeiro passo é o controlo da inflação, como forma de credibilizar o nosso sistema financeiro perante órgãos como o FMI e o Banco Mundial. Temos de nos comprometer com determinadas metas para obter garantias externas», disse Madalena Ramalho, adiantando que, apesar das muitas dificuldades, «já foi possível reduzir a inflação acumulada dos 1.800 por cento de 1993 para 900 por cento em 1994. O corrente ano e o próximo serão anos para corrigir o 'tiro', ou seja, limitar o défice e a emissão monetária, bem como impedir a todo o custo que a variação cambial entre o oficial e o paralelo ultrapasse os 15 por cento». Madalena Ramalho adiantou ao EXPRESSO que o controlo da massa monetária deverá passar por uma convivência temporária entre o actual kuanza e o futuro kuanza-R (reconvertido?), que se caracterizará por ter menos três zeros.

Num país onde o salário médio é de 50 milhões de kuanzas e o preço de um pão é de 500 mil kuanzas, estranho é que um litro de gasolina custe a ninharia de 400 kuanzas. A directora do Gabinete de Estudos das Finanças angolanas explica a discrepância: «Isso resultou do facto de, em 1992, o Governo ter decidido liberalizar generalizadamente os preços — com algumas ressalvas. A gasolina foi uma dessas ressalvas, entre outros preços determinados pelo Governo. A liberalização foi excessiva e o resultado

Continuação da pág. anterior

## Lusofonia igual a RTPi?

Quem é que quer saber o que se passa na aldeia tal de Trás-os-Montes? Isso interessa ao emigrante 'portuga'... ao africano não." Mas reconhece: "A TVM também embarca nisso, a tal da 'telenovela' Santana Lopes e o Sporting passava aqui todos os dias... Para quê?"

### Rádio contemplada

A questão RTPi tem também ofuscado a rádio. É lugar-comum dizer que em África é a rádio que tem, de facto, importância. O jornalista Fernando Lima duvida: "A Rádio Moçambique [RM] ouve-se muito pouco. Os emissores são pouco potentes e o país está desertificado no interior. E quem regressou fugido da guerra ou não tem sequer dinheiro para ter pilhas ou, se tem dinheiro, não tem sítio para as comprar."

Ora a rádio também foi contemplada e a parte portuguesa comprometeu-se a apoiar a RM. É preciso que se saiba que a Rádio Moçambique só transmite em ondas médias e curtas e em períodos variáveis nunca chegando a meio-dia de emissão. A RM

é a única "editora" musical do país. E lá que os grupos moçambicanos gravam, num estúdio dos anos 70 bastante deteriorado, e lançam no mercado cassetes.)

Portugal vai, portanto, oferecer uma rede informática para os serviços de informação, três emissores de FM com potência de 10 kw cada, que servirão a RM, enquanto para a RTPi serão criados três outros emissores de 5 kw.

De repente, a RM e a RTPi vão chegar a quase todo o país, em qualidade FM. Tudo? "Bem, a região da Zambézia (aliás, zona muito populosa de influência da Renamo, oposição ao Governo) está de fora, senhor ministro", dizia a Marques Mendes a alta hierarquia da RM, numa visita rápida às instalações. "É importante?", quis saber o ministro português. "Muito!", responderam mesmo alguns conhecidos elementos "não-muito-amigos de Portugal".

O ministro português virou-se para Arlindo Carvalho, presidente da RDP. "Consegue-se dinheiro?" E é assim que a região da Zambézia terá a possibilidade de ouvir brevemente, em FM, a RTPi e a Rádio Moçambique. ■

### O caos angolano

Quanto a Angola — país considerado potencialmente um dos mais ricos do mundo —, a devastação física e social, resultante de uma longa guerra e de uma paz ainda adventícia, cria hesitações naturais ao investimento. Estas provam-se pelo recuo visível por parte dos investidores nacionais, que apostaram forte em 1992 (o ano das primeiras eleições viu chegar 1,775 milhões de contos) para baixarem em 1993 para uns meros 388 mil contos.

Este sinal de que a situação instável é impeditiva a grandes investimentos em Angola confirmaram-no, no Euro-parque, tanto o responsável da UNITA em Portugal como a directora do Gabinete de Estudos do Ministério das Finanças de Angola, Madalena Ramalho. O conjunto de factores negativos de Angola é vasto: descontrolo total da massa monetária, corrupção generalizada vertical e horizontal, riscos político e social evidentes, legislação económica ainda muito

Continua na pág. 4

Continuação da pág. anterior

# África agora

foi o disparar dos preços — e consequentemente da inflação —, enquanto os produtos com preços determinados administrativamente se mantiveram nos valores de referência». Tudo isso terá de mudar, garantiu Madalena Ramalho.

Para o administrador da Mota & C<sup>a</sup> — empresa de construção que sempre esteve presente no mercado angolano —, «esta é provavelmente a última oportunidade de Angola conseguir sair da sua profunda crise». António Mota lembra que aquele país tem de «criar o seu sector produtivo, e não de recriá-lo, porque, salvo algumas excepções, tudo terá de ser feito desde o princípio».

E esta é a principal diferença entre Angola e Moçambique, citada por um comerciante português que pontualmente opera em Angola-Luanda, como gosta de frisar, referindo-se à impossibilidade de se actuar fora da área urbana da capital angolana: «Moçam-

bique esteve parado mas pouco foi destruído — há muitas empresas perfeitamente recuperáveis; já em Angola, que também esteve parada estes anos todos, o factor produtivo foi praticamente arrasado», afirma, adiantando que até para descontar um cheque visado é necessário pagar ao balconista «uns 20 por cento da quantia total a levantar».

Segundo Madalena Ramalho, esta situação resulta de um sistema bancário centralizado, sem prática ou sentido comercial, o que poderá gradualmente ser ultrapassado com a entrada da banca estrangeira — nomeadamente a portuguesa, através de sucursais do Totta & Açores, BFE e BPA. É que — até agora — nada em Angola se pode pagar com cheque.

Apesar de tudo — e para além das muitas que já lá estão —, há várias empresas portuguesas interessadas em avançar para o terreno, como é o caso da Cabelte que, segundo o ad-

ministrador Neiva de Oliveira, estuda já a hipótese de ali constituir uma parceria.

## Singularidades dos mais pequenos

Em cinco anos (1988 a 1992), Cabo Verde (374 mil contos), Guiné (1.749 milhões) e S. Tomé (303 mil) representaram para o investimento português nos PALOP a razão directa da sua dimensão. Isto, embora as três principais razões de atractividade ao investimento — a paz, a democracia e o relançamento da economia — sejam ali mais firmes do que em Angola ou mesmo Moçambique. No entanto, cada um destes três pequenos países apresenta a sua particularidade, que dificulta a sua opção.

Em Cabo Verde — cuja única indústria apetecível ao primeiro relance será o turismo —, o maior investimento português (204 mil contos) foi efectuado em 1991 com a constituição de uma empresa na área finan-

ceira. Na Guiné, o maior entre os pequenos, a diversificação do investimento português é bem mais notória, com a constituição de empresas nas áreas dos transportes e comunicações em 1989 e 1991 (428 mil e 227 mil contos, respectivamente), agricultura e pescas em 1990 e 1992 (208 mil e 263 mil contos), financeiras em 1989 (124 mil contos) e hotelaria em 1992 (327 mil contos). Finalmente, S. Tomé e Príncipe recebeu a menor fatia de interesses portugueses — muito por culpa da sua localização periférica das rotas internacionais. Embora os seus responsáveis reclamem a importância estratégica da sua posição privilegiada, como testa-de-ponte para com os seus (mais) ricos vizinhos continentais.

Os investimentos portugueses ficaram-se ali pelos 154 mil contos na área das telecomunicações em 1989, da responsabilidade da Marconi, e na área da hotelaria e comércio com 148 mil contos em 1990.

## Riscos comuns

EXPRESSO, 17.6.95

APESAR de se tratar de países tão diferentes, com situações sociopolíticas dispare e dimensões incomparáveis, várias são as semelhanças estruturais que enfermam de riscos comuns para o potencial investidor nas ex-colónias portuguesas de África. Nepotismo, desconfianças e má consciência, legislação decrépita, corrupção generalizada, são apenas alguns dos riscos «cívicos» — porque também os há que o não são. Naturalmente, os testemunhos abaixo citados carecem de contraprova, mas nem por isso deixam de dar uma imagem verosímil da realidade local.

Por maioria de razões, Angola é certamente o país de língua portuguesa que reúne o maior leque de dificuldades, sintetizadas nas palavras de um comerciante com larga experiência local — que, por razões óbvias, pediu o anonimato. Para além de um mundo ainda redutor — circunscrito a pouco mais do que uma Luanda «destruída» —, o nosso interlocutor lembra que o maior perigo vem de um território generalizadamente minado e povoado pelo «terceiro exército»: o dos bandos armados. Eis como vende os seus produtos, em Luanda: «A empresa (com sede em Portugal) carrega dois ou três contentores, com enchidos, vinho ou bacalhau, e despacha-os para Luanda de barco. Eu sigo de avião, e o meu primeiro trabalho será desalfandegar a mercadoria — o que exige sempre o pagamento de alguns favores.»

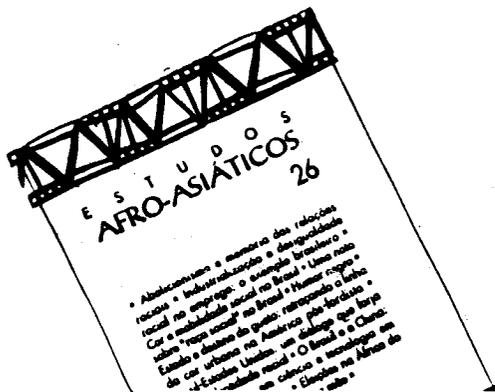
Depois, os contentores seguirão para o armazém da empresa mista luso-angolana — que afinal é apenas isso, um armazém, mas com um presidente do conselho de administração, um director de «marketing» e outro comercial: tudo gente com ordenado e belos escritórios. «Depois, eu próprio vou aos mercados, à procura das quitandeiras que conheço — e que são, em Luanda, quem tem de facto o dinheiro. Levo-as ao armazém, fazemos o preço e em poucos dias está tudo colocado. A seguir, vai-se ao mercado do dinheiro trocar kuanzas por

dólares — e o mais depressa possível, para fugir à inflação diária». Quase tudo é perigoso, em Luanda, afirma. «Será que estes senhores sabem disso?», pergunta, apontando para os participantes do fórum realizado no Europarque. Mas, «é claro» — sustenta —, quando os negócios são com o Estado estes problemas são simplificados, até porque as quantias envolvidas são muito maiores».

Em Moçambique, a questão reside na contradição «moderna» de que o país necessita de investimento estrangeiro mas não de quadros. Ou seja, o estrangeiro deve sanear financeiramente as empresas, adquirindo-as total ou parcialmente, mas quem as deverá dirigir será sempre gente da terra — o que, além de pouco prático dada a natural inexperiência dos locais, é também antagónico à versão portuguesa de que uma das potencialidades dos mercados dos PALOP passa ainda pela sua capacidade de absorver muitos dos recém-formados nacionais, que carecem de colocação em Portugal. Mas Moçambique dá também bons exemplos, e a integração de 200 ex-guerrilheiros da Renamo numa unidade industrial de Nacala é disso uma prova irrefutável e a seguir.

Outro exemplo, pela negativa, surge na pessoa de um comerciante português que viu a sua loja franca, em S. Tomé e Príncipe, ser fechada de um dia para o outro sem mais explicações: como consequência, todo o material em armazém (perceíveis) foi-se degradando sem qualquer utilidade, e o comerciante espera agora ver resolvido um prejuízo de vários milhares de contos. O que este comerciante não disse foi que, à semelhança de muitos outros «negócios» particulares, o seu andamento normal estava sujeito ao pagamento de uma mensalidade específica a alguém com poderes ao nível de Estado. E que um dia, depois de se esquecer de efectuar a transferência devida (?), a loja foi encerrada sem mais conversa...

A.F.O.



## Savimbi aprovado

PÚBLICO, 18.6.95

O COMITÉ Central do MPLA formalizou, na reunião iniciada sexta-feira e terminada ontem de madrugada, a proposta de que Angola tenha dois vice-presidentes e de que um deles seja o líder da UNITA, Jonas Savimbi; mas só depois da desmilitarização desse partido, cujos soldados começarão por ser integrados nas Forças Arma-

das Angolanas, para mais tarde os excedentes passarem à disponibilidade. Na prática, isto quer dizer que Savimbi não deverá chegar à vice-presidência antes do fim do ano, uma vez que o processo de aquartelamento e desarmamento do Galo Negro se poderá muito bem arrastar no mínimo pelos próximos seis meses. Quanto ao outro vice-presidente, mantém-se de pé a probabilidade de vir a ser o actual presidente da Assembleia Nacional, Fernando França Van-Dunem. ■

## AUXÍLIO ALIMENTAR

**BES financia Angola**

EXPRESSO, 17.6.95

O BANCO Espírito Santo (BES) deverá disponibilizar cerca de 28 milhões de dólares para financiar operações destinadas ao abastecimento alimentar de algumas províncias angolanas, no âmbito de uma operação de engenharia financeira que, segundo uma fonte do Banco Nacional de Angola (BNA), não deverá ter, pela primeira vez nos últimos anos, a con trapartida angolana vinculada à exigência de garantia de petróleo — soube o E. XPRESSO em Luanda.

Com esta operação, o BES — que fez deslocar à

capital de Angola o seu presidente, Ricardo Salgado —, não surgirá como a primeira instituição bancária portuguesa a financiar este tipo de operações (logo a seguir à visita que o ministro das Finanças de Angola, Augusto Tomás, efectuou a Portugal), poderá vir a colocar-se em condições favoráveis à consolidação da sua posição de parceiro privilegiado de Luanda na perspectiva de ver mais rapidamente acelerado o «refrescamento» de uma dívida interbancária de 90 milhões de dólares contraída pelo BNA.

A extensão desta propos-

ta do BES, de acordo com empresários locais, deverá contar com a participação da Escon, uma «holding» propriedade do banco, que fará a intermediação material no fornecimento de bens de consumo à Nutritiva Lda., uma firma de direito angolano do empresário português José Récio que operará como importadora de uma tranche de produtos alimentares, destinados a abastecer a capital angolana, avaliados em mais de 10 milhões de dólares mensais em sistema «revolving», a ser executado trimestralmente em parcelas de cinco

milhões de dólares.

As linhas de crédito disponibilizadas pelo BES, segundo disse ao EXPRESSO o ministro das Finanças Augusto Tomás, deverão ter acesso igualmente outros importadores angolanos, no quadro de uma nova filosofia de descentralização de

verbas que visa a autonomização da gestão cambial pelas várias regiões do país, estando prevista só para Luanda, no domínio da distribuição, a concorrência de mais de 40 empresários angolanos e portugueses.

G.C.

# Consulmar estuda costas angolanas

EXPRESSO, 17.6.95

GUSTAVO COSTA  
correspondente  
em Luanda

PORTUGAL acaba de ver coroado de êxito um financiamento de cerca de 320 mil dólares, com a apresentação esta semana em Luanda e Cabinda de dois exaustivos estudos técnicos sobre a costa marítima angolana, e sobre a viabilidade da construção do novo porto de longo curso de Cabinda, que estiveram a cargo da empresa portuguesa Consulmar, Lda.

O financiamento do primeiro estudo orçou em 230 mil dólares, tendo o fundo de cooperação económica portuguesa disponibilizado metade desta verba, enquanto o Governo de Luanda suportou a outra metade. Estes apoios permitiram que, em cerca de dois anos, especialistas de diversas áreas da Consulmar Lda, sedeados em Lisboa e Luanda, em colaboração com o Ministério das Obras Públicas e Urbanismo de Angola, concluíssem uma obra que

«ajudará a compreender o funcionamento normal da costa marítima de Angola, através da recolha, tratamento e sistematização de elementos que estavam dispersos entre Angola e Portugal, e que a partir de agora conferirão maior segurança e confiança aos engenheiros, projectistas e outros técnicos, empenhados na reparação, ampliação ou construção de obras ao longo dos 1500 quilómetros de costa, com características geomórficas e condições de exposição extremamente variadas».

Este estudo, que servirá de suporte para novos projectos designadamente virados para a reabilitação da maioria das infra-estruturas portuárias, o estancamento de erosões e a poluição da baía de Luanda devido a descargas de esgotos não tratados, consumiu perto de um milhar de fotografias. Em Setembro de 1992, a Consulmar fez a cobertura fotográfica por via aérea entre Luanda e o Zaire e entre

Luanda e o rio Cunene, tendo em Abril sobrevoado a costa de Cabinda.

Os trabalhos da Consulmar, segundo uma fonte do Ministério do Urbanismo e Obras Públicas de Angola, beneficiaram da complementaridade de intervenção de uma empresa holandesa, que financiou as obras de protecção da ilha de Luanda, e da Itália, que através de um financiamento de 8 milhões de dólares, custeou as obras de protecção de Porto Amboim, na província do Cuanza Sul, realizadas pela firma transalpina To Di Vale.

Relativamente ao futuro porto comercial de Cabinda, o fundo para a cooperação económica portuguesa financiou também metade da verba necessária à elaboração, igualmente pela Consulmar, da consultoria avaliada em 205 mil dólares. Esse estudo foi concluído em 1993 mas, por acordo entre as partes, acabou por sofrer sucessivas alterações que culminaram esta semana com a apresentação naquela localidade da maqueta do futuro porto de águas profundas

a ser construído em Cabinda, num desafio que está a motivar forte concorrência de empresas construtoras portuguesas, italianas, francesas e outras, e cujo vencedor será conhecido a 11 de Novembro — data da independência de Angola.

A conclusão destes dois estudos pela Consulmar e o apoio financeiro dado pelo fundo de cooperação económico português são vistos na capital angolana como um «forte sinal de vitalidade na cooperação entre os dois países». Para as autoridades de Luanda, a construção do porto de Cabinda constitui, por outro lado, uma aposta de dimensão política, pois, segundo alguns observadores, os benefícios deste empreendimento poderão concorrer para esbater o fermento independentista de uma província que tem sido votada ao ostracismo desde a independência e, no plano económico, abrir portas para um maior fluxo de entrada de mercadorias e de exportação dos enormes recursos naturais que o enclave detém.

## Cólera em Cabo Verde

PÚBLICO, 19.6.95

A EPIDEMIA de cólera que se manifestou em Cabo Verde já vitimou 77 pessoas num total de 2996 casos registados, informaram as autoridades sanitárias do país este fim-de-semana. A maioria dos casos manifestaram-se na capital, Cidade da Praia, onde um total de 23 novos doentes foram detectados diariamente ao longo da semana passada. O primeiro foi diagnosticado em 15 de Novembro do ano passado, aparentemente num paciente originário da Guiné-Bissau. Um festival de música popular previsto para a Praia no próximo mês de Agosto foi cancelado pelas autoridades, que receiam o agravamento da epidemia. ■

Angola prepara Governo de Unidade e Reconciliação Nacional

# Qual a medida exacta para Savimbi?

PÚBLICO, 17.6.95

EM CASO algum Jonas Savimbi poderá ter a prerrogativa de substituir o Presidente José Eduardo dos Santos, durante impedimento deste por doença ou aquando de deslocações ao estrangeiro. Mas também não poderá ser um simples vice-presidente cortafitas, encarregado de inaugurar creches.

Foi dentro desses parâmetros que se processou ontem, em Luanda, uma reunião do Comité Central do MPLA. Todos estavam mais ou menos de acordo quanto à necessidade de se incluir Savimbi no aparelho do Estado, mas havia fortes divergências sobre as suas competências futuras: não poderão ser muitas para não fazer sombra ao Presidente; e não poderão ser poucas, porque nesse caso era muito provável que ele não aceitasse o lugar de segundo vice-presidente.

Por outro lado, admite-se em meios políticos de Luanda que — a médio prazo — tanto José Eduardo dos San-

tos como Jonas Savimbi venham a abandonar formalmente a direcção dos respectivos partidos, que passariam a ter à sua frente novos rostos. Lopo do Nascimento é uma hipótese plausível para o MPLA e Abel Chivukuvuku o homem de quem se fala para a futura liderança da UNITA, ultrapassando assim o actual secretário-geral, Paulo Lukamba Gato.

Desde que se encontre a medida exacta para as atribuições de Savimbi como segundo vice-presidente de Angola, o país poderá ter no fim do ano o seu Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, a lembrar fórmulas que já foram aplicadas no Zimbabue e na África do Sul. Joshua Nkomo e Frederik de Klerk também foram associados à governação dos respectivos países...

A fim de aplainar arestas ainda existentes no relacionamento das autoridades com a UNITA, chega segunda-feira a Luanda, vinda do Bailundo, uma delegação deste partido, chefiada pelo general Arlindo Chenda Pena, "Ben-Ben", e por Chivuku-

vuku.

## Desarmar é fundamental

O novo executivo só não se concretiza mais cedo porque o chefe do Estado condicionou a sua oferta às garantias a dar pela UNITA de que realmente desarma os seus cerca de 70 mil soldados, integrando-os nas Forças Armadas Angolanas.

Entretanto, ao abrir os trabalhos de ontem, José Eduardo dos Santos recordou ao Comité Central que o processo eleitoral iniciado em Setembro de 1992 ainda está por concluir, prevendo o Protocolo de Lusaca uma segunda volta das presidenciais. Alguns políticos tinham admitido que o novo arranjo viesse a dispensar essa segunda volta, mas o Presidente não deu o assunto por encerrado, deixando em aberto a hipótese quase inverosímil de um hiato de quatro ou cinco anos entre o início de umas eleições e o seu fecho, pois que todos sabem

que a curto prazo não há condições para uma ida às urnas.

Por outro lado, contrariamente ao que se chegou a admitir, não deverá ser extinto o cargo de primeiro-ministro, mesmo que haja diminuição do seu poder, que já é limitado; e no mesmo permanecerá por mais algum tempo Marcolino Moco, apesar de uma imagem muito desgastada.

Quanto à primeira vice-presidência da República, sabe-se que Lopo do Nascimento, secretário-geral do MPLA, não se mostra muito interessado, até porque conhece a resistência de José Eduardo dos Santos a perder alguns poderes na necessária revisão constitucional, o que o iria deixar a ele e a Savimbi sem grande margem de manobra. E a alternativa plausível é Fernando José França Van-Dunem, actual presidente da Assembleia Nacional, depois de haver sido sucessivamente embaixador na Comunidade Europeia e em Portugal, vice-ministro das Relações Exteriores e ministro da Justiça. ■

Aguilar dos Santos, em Luanda

## Dhlakama analisa o processo de paz em Moçambique

# “A Renamo não quer desaparecer”

PÚBLICO, 17.6.95

O LÍDER da Renamo, Afonso Dhlakama, declarou em Maputo que a policia moçambicana é 100 por cento da Frelimo e, “actuando de acordo com as orientações do Comité Central” desse partido, persegue militantes e simpatizantes do principal grupo da oposição.

Ao intervir num seminário sobre as perspectivas da paz e da democracia em Moçambique, disse também que o Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) deveria ser apartidário, mas que é exclusivamente constituído por filiados na Frelimo, o partido que ganhou as eleições do ano passado e que portanto se manteve no poder.

“O não cumprimento do acordo por uma das partes leva necessariamente à reacção da

outra parte. Se há uma destruição premeditada das bases da paz, então temos a paz ameaçada em Moçambique”, afirmou Dhlakama, perante membros do Governo, líderes de outros partidos e o representante local das Nações Unidas, Aldo Ajello.

“O Governo já não considera o que as partes aprovaram em Roma [no dia 4 de Outubro de 1992], alegando que a Renamo perdeu as eleições e portanto está assim condenada a perder tudo e desaparecer”, acusou o chefe da oposição, do qual não se tinha ouvido falar muito durante as últimas semanas.

## Processo de intenções

“Se repentinamente uma das partes pega no acordo e o deita no lixo e recomeça as bati-

das, que reacção se espera do parceiro do acordo?”, perguntou Dhlakama, que insistiu: “A Renamo não está preparada para se deixar desaparecer, pelo que alguma coisa deve ser feita para se evitar o desaparecimento da Renamo e de outros partidos da oposição”.

“Dado que a Frelimo ganhou as eleições com uma maioria simples, considera isso argumento suficiente para nos impor um regime totalitário. Só ela é que tem condições para fazer política, pois hoje é partido, Governo, proprietária das instituições do Estado, policia, Exército e Parlamento. As eleições somente legalizaram o seu totalitarismo, e assim a população de Moçambique tem que esperar tudo do Pai Frelimo”, prosseguiu o chefe da Renamo, na

sua diatribe contra a força maioritária.

“Enquanto a Frelimo for monopólio do Governo e da economia, continuará a não permitir que os funcionários públicos sejam membros da oposição. Se um funcionário público é membro da oposição é logo despedido ou, no mínimo, não é promovido, vendo a sua carreira profissional em risco”, insistiu Dhlakama, que nas presidenciais de Outubro conseguiu cerca de 35 por cento dos votos, face a 53,5 do Presidente Joaquim Chissano.

“Sem a revisão da Constituição não haverá espaço legal para a democracia em Moçambique”, concluiu o líder da oposição, cujo partido tem 112 deputados, face aos 129 da Frelimo. ■ J.M.

José Vicente Lopes

Cidade da Praia

# Ezágu cu lixívia

PÚBLICO, 18.6.95

**A** vida dos garotos da Cidade da Praia, que precisam de lutar todos os dias para a sua sobrevivência, não tem andado fácil ultimamente. Com o surto de cólera, que já matou mais de vinte pessoas no espaço de dois meses, ficou muito mais difícil garantir o dia-a-dia. Até aqui era normal ver, no mercado municipal ou em outros locais públicos, garotos ou mesmo gente adulta, em geral mulheres idosas, a transportarem um ou dois bidões de plástico contendo água gelada que era vendida aos copos. E, à medida que passavam pela multidão, os tais vendedores iam anunciando ou deixando pelo caminho um pregão que se foi tornando familiar dos habitantes da capital cabo-verdiana: "Ezágu!, ezágu!", que, traduzido à letra, significa "esta água, esta água!".

Ainda hoje cada copo de água é vendido no mercado municipal da Praia ou em qualquer outro local de grande movimentação por cerca de cinco escudos, enquanto uma garrafa pequena de água mineral, devidamente aproviodada, chega a custar 60 escudos. Em tempo de calor tórrido, um único vendedor é capaz de despachar vários bidões da sua preciosa mercadoria, desde que esteja fresca ou gelada. E, pelo número de vendedores, tanto crianças como adultos, presume-se que o negócio seja lucrativo e há até quem tenha vários distribuidores por sua conta.

Infelizmente, com a epidemia de cólera em Cabo Verde, o movimento da venda ambulante de água caiu drasticamente. É que uma das recomendações das autoridades para combater a doença é precisamente que as pessoas evitem consumir água ou alimentos que são vendidos na via pública em condições, em geral, pouco ou nada conse-

lháveis. No caso da água, para além de tal cuidado, os técnicos da saúde aconselham que se deite nela algumas gotas de lixívia, de acordo com a quantidade destinada ao consumo.

Ao mesmo tempo, insistentes avisos e "spots" publicitários, divulgados na rádio e televisão locais, têm alertado os cidadãos para o perigo que correm, caso essas e outras recomendações não sejam rigorosamente seguidas. "A cólera é uma doença que mata", diz, para o efeito, a voz em "off" de Socorro Amado, uma conhecida jornalista da Televisão Nacional de Cabo Verde, ao mesmo tempo que se pode ver no ecrã a familiar imagem de gente a beber água das mãos dos vendedores do mercado da Praia.

Por isso, ao darem-se conta que, por causa da cólera, a sua clientela caiu drasticamente, a solução dos vendedores foi puxar pela cabeça. Afinal, com ou sem cólera, é preciso continuar a vender copos de água ou então arranjar outra forma de vida, o que não parece fácil, já que ninguém se desfaz de um bom negócio da noite para o dia e o substitui por outro em dois tempos. Para além da concorrência que poderá encontrar noutras áreas, há o não menos grave problema das estruturas ou da tecnologia acumulada.

Portanto, quem, no seu dia-a-dia, se havia dado conta da existência dos aguadeiros da Praia certamente que se apercebeu do ligeiro modificar do refrão, que até há pouco tempo atrás entoavam no anúncio da sua mercadoria, antes da declaração da existência de cólera, a doença que mata. Do simples "ezágu! ezágu!", ouve-se agora "ezágu cu lixívia", de longe mais condizente com estes tempos de cólera. ■



vozes em português

Germano Almeida\*

## O quarto das visitas

PÚBLICO, 18.6.95

**V**ai para 20 anos atrás, regresssei a Boa Vista depois de uma longa ausência e fui visitar Peter, o meu antigo mestre de carpintaria, na casa que em muitos anos de sacrifício ele tinha finalmente acabado por construir.

Nessa época Peter já era um homem de quase setenta anos cujo corpo acusava os desgastes de uma vida nhanida. Em jovem tinha sido emigrante na América, onde tinha servido como cozinheiro num navio mercante e também aprendido as artes da carpintaria. Porém, navegando já não sei em que mares durante a Segunda Guerra Mundial, o seu navio teve a infelicidade de ser encontrado e torpedeado por um submarino alemão que não descansou enquanto não o viu completamente adornado e a caminho do fundo.

Peter nunca tinha aprendido a nadar, mas ao saltar para o mar teve a sorte de tropeçar numa balsa dentro do qual viria a passar seis dias à deriva, de modo que, quando foi salvo e reconduzido a terra firme e depois à Boa Vista, jurou que nunca mais andaria de barco nem que fosse até ao Ilhéu.

Assim começou então a ganhar a vida como carpinteiro e tomou-me como seu ajudante. Peter era um homem falador e de constante bom humor e durante as nossas horas de trabalho ele passava o tempo a encantar-me com as maravilhas do estrangeiro, das ruas inundadas de carros e de gente, das casas e lojas enormes e bellissimas, e também dos quartos de hotel que ele tinha conhecido onde não só havia uma casa de banho particular como ainda água quente e fria em abundância, das mulheres que tinha conhecido em cada porto comparando-as com a quentura natural das cabo-verdianas, mas acabava sempre por concluir que, no entanto, não tinha saudades ne-

nhumas, porque nenhum lugar no mundo é mais sabe que a Boa Vista.

Naquele tempo ainda a filha não conhecia a energia eléctrica quanto mais a serra eléctrica e, enquanto nos reveávamos nos enormes barotes de madeira para os transformar em tábuas, ele contava-me de pequenas máquinas com lâminas dentadas que, apenas pela força da energia, rasgavam a madeira mais bruta como se fosse afiada faca em carne tenra de cabrito, e ouvindo-o assim falar desse prodígio, eu suspirava alagado em suor. Ah Peter, sem dúvida que a maior invenção do homem tem que ser a serra eléctrica! Mas ele gargalhava discorrendo: "Não, rapaz, estás enganado", acabava por dizer: "Com a idade, quando as tuas juntas já estiverem rijas demais para te aguentares incoça, vais perceber que a maior invenção do homem não é a serra eléctrica, é a casa de banho, um homem poder sentar-se numa sanita e fazer o seu pupu descansado enquanto lê um livro. Não tem nada a ver com esta estória de estar a ir para trás dos bancos de areia fazer as necessidades!" E jurava: "Podes ter a certeza absoluta de que no dia que eu tiver dinheiro para fazer a minha casa, a primeira coisa que farei é uma casa de banho como aquelas de lá de fora!"

Ora nesse dia que o visitei ele tinha mudado há pouco tempo e vivia ainda a euforia da sua posse, pelo que fez questão de me mostrar a casa compartimento por compartimento, embora fosse uma normal casa dos pobres remediados da nossa terra.

Havia, porém, uma divisão no quintal que estava fechada à chave. Peter começou por procurar a chave, mas depois acabou por gritar pela mulher e pelas filhas para que lhe trouxessem. Porém, elas também não sabiam onde parava a chave. Costumava estar dependurada num prego perto da

porta, disseram, mas se calhar alguém a tinha posto de mão.

Ele começou a impacientar-se: "Onde vocês me meteram o raio da chave desta porta", gritou. "Descubram-me essa porcaria onde ela estiver!" Acabei por dizer-lhe que não fazia diferença, eu já tinha viado o suficiente para saber que a casa estava ótima, mas ele disse que fazia muita questão que eu visse também aquela divisão.

E assim, tanto gritou e exasperou a sua gente, nós os dois ali ao sol espeçados à espera, que lá acabaram por desencantar a chave que ele introduziu na fechadura abrindo triunfalmente a porta.

Era a casa de banho! Com todo o aspecto de ainda por estrear mas com todos os matadouros próprios, desde azulejos no chão e nas paredes, a sanita, lavatório, torneias e chuveiro, sem mesmo ter-se esquecido de uma banheira feita em cimento armado e revestida de azulejos brancos.

"Eu não tinha dito", exclamou, "não te tinha dito que seria a primeira coisa que faria no dia que levantasse uma casa?" Louvei-lhe a ideia e o bom gosto e mostrei a minha admiração: deve ser a segunda ou terceira casa de banho da vila, disse-lhe. E face ao seu sorriso de felicidade, quis também comprovar a minha satisfação e abri uma torneira. Mas não havia água. Olhei para ele tentando compreender. Raramente a usamos, explicou, não ao porque a água é escassa, como também porque afinal das contas já estamos acostumados ao antigo sistema de despejo em lata de nov'horas ou a ir para trás dos bancos de areia. Praticamente só é usado quando recebemos alguma visita de fora, gente mais habituada a essas finanças. E voltou a trancar a porta. ■

\* Escritor cabo-verdiano



Embaixador sul-africano ao PÚBLICO, na hora da despedida

# “Há cinco meses que aguardamos uma resposta das Necessidades”

PÚBLICO, 21.6.95

Jorge Heitor

Pieter Swanepoel, que no fim de Junho deixa as funções de embaixador da África do Sul em Lisboa para ir trabalhar com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Alfred Nzo, disse-nos que Pretória continua a considerar a hipótese de avançar outro nome para a sua substituição, depois de o primeiro não ter sequer merecido uma resposta do Palácio das Necessidades.

**A**rtigo assessor de imprensa de Robert "Pik" Botha, do Partido Nacional, o embaixador cessante sul-africano em Portugal, Pieter Swanepoel, vai agora trabalhar no gabinete de outro ministro dos Negócios Estrangeiros, desta vez Alfred Nzo, do ANC. É um relevo de como toda a política do seu país tem vindo a mudar, desde que no início de 1991 chegou a Lisboa. E desta fase histórica falou ao PÚBLICO, em jeito de despedida, numa entrevista de apresentação essencial. Swanepoel já era para ir embora no princípio da Primavera, mas o Governo português não gostou da possibilidade de nomeada pelo Presidente Mandela para o substituir, apesar de ter sido considerado o candidato menos conservador. Um fazendeiro que ainda há poucos anos defendia a continuação do apartheid.

**PÚBLICO** — Constatamos por poder entrar partir, no fim deste mês?

**SWANEPOEL** — Não estou contente por deixar Portugal, mas em por voltar ao meu país, ao fim de quatro anos e meio.

**P.** — Quem será o novo embaixador?

**R.** — Ainda não podemos um segundo "agrement". Estamos no processo de considerar alguém (depois de até agora não ter havido qualquer resposta do Palácio das Necessidades ao primeiro nome avançado, em Janeiro, o de Tom Langley). Se for a pessoa que julgo, será um diplomata de carreira, mas isso ainda pode mudar, durante o processo de tomada de decisão. Mas esperamos dentro de algumas semanas submeter um nome ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entretanto, o embaixador de embaixada,



Swanepoel — Pessoalmente, agradeço e muito obrigado ao Presidente Sarmas e ao Exército da África do Sul

não queremos emular a ser ao um fornecedor de matérias primas. Pretendemos acrescentar valor ao que exportamos e arranjar assim mais postos de trabalho. Mas, entretanto, é já muito encorajante que os africanos estejam a empregar-se no desenvolvimento económico da África do Sul.

**P.** — Um dos resultados do desenvolvimento é o crime. R. — Não pareo demeritar que temos assistido a um grande aumento de crime. Devisamos reforçar o número de polícias na rua, de modo a que a sua presença fosse disuasiva.

**P.** — Enquanto houver crime não podemos desenvolver turismo.

**R.** — Se há falta de aspectos negativos, é esse o meu papel. Mas não devemos generalizar. Muitas conferências internacionais estão a decorrer na África do Sul. O ano passado houve um aumento de 20 por cento no número de turistas. Temos acções em todos os departamentos, como o actual mundial de rugby, o maior acontecimento desportivo que jamais se viu focar na África.

**P.** — Falamos estado de algo positivo. Parece-me que, de um modo geral, a comunidade branca se tem adaptado de forma bastante razoável às novas realidades.

**R.** — Sem dúvida. Uma grande parte da comunidade está na África do Sul há 11 ou 12 gerações, tem de ser realista. Parece-me que foi o antigo Presidente P. W. Botha quem disse que a escabete em entre a adaptação e a morte. Temos denominadores comuns. Constanos a pensar mais naquilo que nos une do que naquilo que nos divide.

**P.** — E quanto aos grupos étnicos da Frente da Libertação?

**R.** — Reassentamento desagravado. Reassentamento de dita a todos os sul-africanos o que é do seu melhor interesse. A política da extrema-direita branca (extrajuramentar) não tem futuro na África do Sul.

**P.** — Pretória está feliz por Angola ir ter um Governador da Unidade Nacional?

**R.** — Esta espécie de governador não é a verdadeira democracia mas um passo no seu sentido. Pode ser que a facilitem.

**P.** — Ainda há a possibilidade de o Presidente Mandela Soares visitar a África do Sul?

**R.** — Foi convidado pelo Presidente Mandela, mas houve uma dificuldade no acordo com a liderança. Sabemos muito bem que acaba o seu mandato no início do próximo ano, pelo que se visita este ano. Provavelmente, não só para a comunidade portuguesa, mas para manifestar o nosso reconhecimento pelo muito bom estado das relações entre os dois países. Como está no fim do mandato, é uma grande prioridade para nós tentar estabelecer um data que seja de conveniência mútua.

decisão, estamos ocupados nisso, por meio do debate público, artigos nos jornais. Não há negociação secreta. O público participa. Mais de um milhão e meio de documentos, sob várias formas, chegaram ao processo, com sugestão de aspectos que devem ser tidos em conta.

### Os reis e os barões da República

**P.** — Um dos aspectos em causa é o do futuro constitucionalmente constituinte.

**R.** — E não só. Temos todo o papel dos chefes tradicionais que passam a ser pagos pelo Administrador Central, tal como os deputados, e não pelo governo provincial. Se sobreviverem, são uns 600 os chefes tradicionais da África do Sul, incluindo 22 "paramount chiefs" de estatura comparável à do rei dos zulus.

**P.** — Julho que tem dos vossos grandes problemas é o desemprego.

**R.** — Está-se a tomar uma grande prioridade do Governo. Durante muitos anos tivemos tiramos do país as pessoas fitas e as multinacionais re- curram ao desemprego. O novo Governo herdou uma situação em que em algumas regiões o desemprego vai aos 40 por cento, o que é alarmante. Necessitamos de investimento estrangeiro, mas ainda estamos a tentar os efeitos de uma recessão internacional. Por outro lado,

que isso leva a divergências entre os partidos, mas ao fim e ao cabo o chefe Butheizi continua a ser o ministro do Interior.

**P.** — Enquanto o Inhabelha botaria a Assembleia Constituinte.

**R.** — Isso faz parte da nova sociedade aberta. As pessoas têm diferentes, os nos preocupando é que as diferenças de opinião por vezes levam ao confronto. Por isso é que o Presidente Mandela de vez em quando vai ao KwaZulu/Natal, tentar acalmar os ânimos. Mas, tanto no sul-africano reside nas decisões tomadas por consenso, no gabinete.

**P.** — O Inhabelha também se mediatizado internacional.

**R.** — Haverá de facto um compromisso entre ambos, apesar das desleais. Mas, por outro lado, temos actualmente uma Assembleia Constituinte formada por 490 representantes eleitos. Não estarão eles em qualquer posição (do que qualquer estrangeiro) de formular uma nova Constituição? São as duas fases do debate.

**P.** — Quando estará pronto o novo texto constitucional?

**R.** — Terá de estar completo no próximo ano.

**P.** — Será uma Constituição unitária em federação?

**R.** — Não sei. Zam é a pergunta que vale um milhão de dólares. Temos de tomar uma

socialista bem o primeiro nome proposto para ele suceder, uma pessoa da Frente da Libertação (da extrema-direita parajuramentar, brancos).

**R.** — Tem de se compreender que, com um Governo de Unidade Nacional, temos representantes de diferentes partidos políticos e outros serviços por diplomatas de diferentes opiniões. Neste caso específico, acordamos que a Frente da Libertação (do general Constand Viljoen) se aproximou do Presidente Mandela e lhe disse que gostaria de ter um dos seus elementos como embaixador. Porém, o "agrement" no fim de Janeiro e chegamos ao fim de Junho sem receber resposta, se bem que não tenha havido reunião formal. Estamos portanto a considerar avançar com um alternativa.

### Centralismo ou descentralização

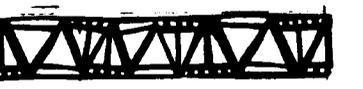
**P.** — Como é que conseguem conciliar com o Governo da Unidade Nacional, apesar de tantos problemas entre o ANC e o Inhabelha?

**R.** — Não devemos só olhar para os problemas. O Governo actua na base do consenso, de pontos de convergência de argumentos de todos as partes. Na África do Sul está em curso um debate sobre a futura Constituição, para se ver se devemos ter um forte Governo central ou se deve haver uma devolução de poder às regiões e às estruturas. Cada

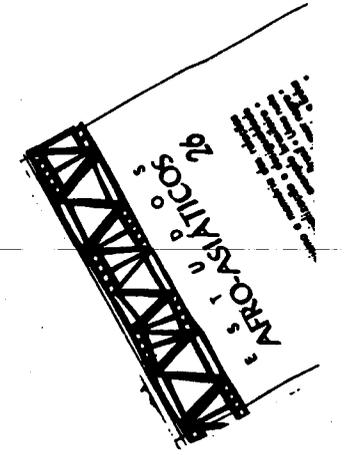
Governo português não ter



ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS



ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS



AFRO-ASIÁTICOS ESTUDOS

# Luanda já convidou Savimbi

PÚBLICO, 22.6.95

O LÍDER da UNITA, Jonas Savimbi, já foi oficialmente convidado a aceitar uma das duas vice-presidências de Angola. A carta que formaliza o convite foi ontem entregue por Faustino Muteka, chefe da delegação governamental na Comissão Conjunta, ao dirigente da UNITA Abel Chivukuvuku, confirmou ao PÚBLICO uma fonte do "Galo Negro".

Chivukuvuku chefia a delegação da UNITA que desde segunda-feira está a negociar em Luanda com as autoridades governamentais o calendário para o pacote militar da segunda fase do protocolo de Lusaca.

Com este gesto, surgiu mais cedo do que se esperava, o Governo parece querer testar o empenhamento da UNITA no aquartelamento das suas tropas e na consequente entrega

das armas às Nações Unidas, uma etapa crucial do processo de paz. A carta não especifica, no entanto, os poderes a atribuir a Savimbi, disse ao PÚBLICO uma fonte do MPLA.

Fazendo notar que o cargo agora atribuído "é essencialmente político", uma outra fonte governamental revelou que mesmo a nova Constituição não definirá os poderes dos vice-presidentes, o que apenas será feito por lei complementar a propor pelo Presidente da República ao Parlamento.

No seio do MPLA predomina a ideia de que "já se cedeu tudo o que é possível" a Savimbi. Embora constatem que o MPLA está aparentemente perante o dilema "de dar muito pouco e Savimbi querer muito mais", os observadores acreditam que, face ao avanço da re-

visão constitucional, a ser aprovada até finais de Julho, o Presidente Eduardo dos Santos disporá de argumentos fortes quando, dentro de aproximadamente um mês, se reunir pela segunda vez em Luanda com o líder da UNITA.

Se, no plano político, as relações entre Luanda e o Bailundo parecem consolidar-se, a nível militar persistem desconfianças, e não foi ainda possível neutralizar a tensão em regiões como a Lunda Norte e o Moxico. Espera-se que da actual ronda de conversações resultem decisões para apressar o aquartelamento das tropas da UNITA em quatro regiões, incluindo as prioritárias Uije e Huambo.

"A quartelar para nós significa existirem condições para os soldados", disse uma fonte

da UNITA, acusada com frequência pelo Governo de não estar a colaborar o suficiente com a Unavem III. O "Galo Negro" contrapõe que, para além do facto de a concentração dos soldados criar naturais receios quanto à sua segurança, é preciso garantir condições de alojamento para eles e suas famílias, além de empregos que evitem que a desmobilização crie novos delinquentes.

Outra condição da UNITA para colocar os seus cerca de 70 mil efectivos sob o controlo da Unavem é o regresso aos quartéis de soldados governamentais, bem como o aquartelamento da polícia de emergência e a recolha de milhares de armas na posse de civis. ■

Aguiar dos Santos,  
em Luanda

## Savimbi: "A partir de hoje acabo com a guerra"

PÚBLICO, 23.6.95

JONAS SAVIMBI invocou como testemunha "a comunidade internacional" e proclamou: "A partir de hoje acabo com a guerra em Angola." Numa conferência de imprensa em Brazzaville, o líder da UNITA, citado pela France Presse, assegurou: "Não decidi acabar com a guerra porque quero ocupar postos de responsabilidade. Mas quero ser útil e aceito apoiar o Presidente José Eduardo dos Santos e desempenhar o papel que o povo me quiser confiar." Savimbi referia-se ao convite oficial de Luanda para aceitar uma das duas vice-presidências de Angola.

Em meios diplomáticos de Luanda, a declaração do chefe da UNITA não suscitou reacções especiais, havendo a ideia

de que há mais em jogo na reunião da Comissão Conjunta em curso na capital desde segunda-feira e onde as duas partes debatem o calendário para o pacote militar da segunda fase do protocolo de Lusaca.

Dos dez pontos em discussão ontem à noite estavam praticamente discutidos e assentes nove, existindo a convicção entre alguns dos participantes de que hoje os trabalhos poderão terminar. A proclamação de "fim de guerra" de Savimbi vem aliás ao encontro do estabelecido na comissão, onde foi decidido pôr um ponto final nos contactos entre os elementos armados dos dois lados nos locais onde é possível haver recontros.

Angola devia viver sem guerra desde Novembro do ano

passado, mas têm acontecido pequenos recontros — aquilo a que o mediador das Nações Unidas, "maître" Alioune Blondin Beye, se referiu como "pequenas falhas técnicas".

Em Luanda, não havia qualquer confirmação de uma informação transmitida de manhã pela Radio France International segundo a qual Jonas Savimbi chegaria ontem mesmo à capital angolana.

De Brazzaville, o líder da UNITA seguiu para a vizinha capital do Zaire, Kinshasa. Na conferência de imprensa na capital congoleza, Savimbi pediu aos países limítrofes de Angola que acabem com o tráfico de armas para o seu país ou que o não autorizem, algo que definiu como fun-

damental para que a paz seja definitivamente instaurada.

"O chefe de Estado congolês, Pascal Lissouba, garantiu-me que o seu país não autorizará o tráfico de armas para Angola. É preciso que o Zaire, a Namíbia ou a Zâmbia façam o mesmo", disse.

O chefe da organização do Galo Negro indicou ainda ter pedido a Eduardo dos Santos a abertura de negociações directas com os movimentos independentistas do enclave de Cabinda, observando que este "foi ligado a Angola em 1957 por Portugal".

"É preciso reportarmo-nos à História e ter conversações directas com os cabindas para saber o que eles querem". ■

## Prisão de deputado aquece pré-campanha

PÚBLICO, 24.6.95

A PRISÃO e o espancamento de um deputado e de um outro dirigente da oposição aqueceu nos últimos dias o clima político em Cabo Verde, país africano que dentro de poucos meses regressa às urnas para eleger novos deputados. Enquanto a oposição exige a demissão do "ministro da polícia", Mário Silva, o seu partido acusa as oposições de pretendem desacreditar a democracia cabo-verdiana.

O deputado independente Roberto Fernandes e o dirigente José Cardoso do Partido da Convergência Democrática (PCD) fo-

ram detidos na madrugada de quinta-feira quando, segundo a polícia, se encontravam a "pichar" um muro na Cidade da Praia. Todavia, no mesmo dia, o tribunal ordenou a imediata libertação do deputado, uma vez que o mesmo possui imunidade parlamentar, enquanto o seu colega será sujeito às averiguações em liberdade.

A capital cabo-verdiana tem conhecido nos últimos meses uma autêntica guerra mural entre as várias forças políticas existentes no país, sendo o primeiro-ministro Carlos Veiga, o Governo

e o Movimento para a Democracia (MpD) os alvos preferenciais da oposição. Entretanto, em acto de manifesta desobediência civil, a Praia, onde actualmente decorre a semana de cultura lusófona, amanheceu com várias inscrições murais que não pouparam sequer as embaixadas estrangeiras. A missão diplomática portuguesa, por exemplo, foi brindada com os seguintes dizeres: "Veiga é ladrão salearista".

Em nome de um grupo de deputados, que se reuniram ontem com a imprensa para manifestar a sua solidariedade a Roberto Fernandes, Alfredo Teziera, antigo ministro da Administração Pública, responsabilizou o ministro da Presidência do Conselho, Mário Silva, pelo comportamento dos agentes policiais que detiveram e espancaram aquele par-

lamentar, não obstante se ter identificado perante os seus detentores.

Por seu turno, reagindo também ontem a este e outros acontecimentos, a Comissão Política do MpD acusou as oposições de terem uma "estratégia desestabilizadora" com vista a desacreditar a democracia cabo-verdiana.

Segundo o mesmo comunicado, lido em directo nas antenas da Rádio Nacional pelo deputado Teófilo Silva, a pichagem de paredes fora do período de campanha eleitoral com termos injuriosos e ofensivos, a profanação de igrejas e túmulos, para além da exigência do PAICV para que as próximas eleições sejam acompanhadas por observadores internacionais, são prova de tal estratégia. ■

José Vicente Lopes,  
na Cidade da Praia

# Reajustado calendário de desmobilização das tropas

PÚBLICO, 24.6.95

NUM GESTO calculado e que apanhou desprevenidos os negociadores da UNITA, o Governo propôs o reajustamento do calendário do Protocolo de Lusaca, tendo em conta o atraso de cinco meses que se regista na sua concretização.

Esta proposta, à qual a UNITA terá respondido favoravelmente depois de ter pedido uma pausa nas conversações para reflectir, foi justificada pelo porta-voz da comissão governamental na Comissão Conjunta, general Higinio Carneiro, como destinada a permitir que durante todo o mês de Julho os soldados das FALA (exército do Galo Negro) comecem a ser encaminhados para as 14 áreas de aquartelamento que lhes foram reservadas pela Unavem III.

Só após a conclusão desta operação, que não demorará menos de quatro meses, se procederá à incorporação dos 140 mil efectivos, em partes iguais, nas actuais Forças Armadas Angolanas (FAA). Pelo menos 50 mil homens passarão posteriormente à disponibilidade, tendo para o efeito sido criado o Instituto



Higinio Carneiro

dos Desmobilizados, encarregado da sua formação profissional e reinserção social com o apoio financeiro da comunidade internacional.

"Se conseguirmos aplicar o princípio da incorporação global poderemos recuperar três meses de atraso", defendeu o general Higinio Carneiro, enquanto para Abel Chivukuvuku, o chefe da delegação da UNITA, "o aquartelamento (das FALA) é um aspecto da agenda já ultrapassado". Mas apesar dessa garantia do Galo Negro, Higi-

nio Carneiro fez questão de uma vez mais endossar a bola à ONU de quem depende em grande medida a aceleração ou o atraso da aplicação do pacote militar do Protocolo de Lusaca. "Tudo vai depender da capacidade das Nações Unidas cumprirem as suas promessas", disse o general, assegurando que o movimento das FALA para as zonas de aquartelamento será feito em simultâneo "com o regresso das FAA aos quartéis mais próximos".

## Contra "controles" anárquicos

Pela primeira vez, Governo e UNITA concordaram também em eliminar os postos de controlo montados anarquicamente pela própria polícia, pelos soldados das FAA e das FALA que cobram aos camionistas "taxas" exorbitantes para circular em e, frequentemente, se apoderam das suas mercadorias e dos bens dos passageiros.

Higinio Carneiro anunciou "esforços conjuntos" para combater os controlos ile-

gais mas, surpreendentemente, nenhuma das partes tomou posição contra os grupos armados que, nas últimas três semanas, só na região da Lunda Norte, feriram em emboscadas quatro capacetes azuis, um dos quais teve de amputar uma perna.

A extensa agenda estava quase cumprida ontem à tarde, mas ainda faltava deliberar sobre a exigência da UNITA em ver partir de Angola, o mais rapidamente possível, os mercenários sul-africanos que combateram ao lado das FAA. Os "soldados da fortuna" são avaliados em 2000 pelo Galo Negro (1500, segundo a embaixada sul-africana) e terão custado aos cofres do Estado cerca de 50 milhões de dólares desde 1993 até ao fim da guerra há sete meses.

Até ao fecho desta edição não era ainda possível confirmar o encerramento ontem desta maratona negocial de seis dias, findos os quais cada uma das delegações submeteterá os documentos aprovados às respectivas direcções. ■

Aguar dos Santos,  
em Luanda

Ex-funcionários do Trans-Zambesia Railway sentem-se "portugueses de segunda"

# Anos perdidos em Moçambique

PÚBLICO, 24.6.95

Anabela Natário

"Pensávamos que Moçambique era Portugal, afinal não era." Dizem agora, depois de terem trabalhado 20 anos na ex-colónia e outros tantos na sua terra. São cerveirenses, ex-ferroviários, que continuam sem conseguir fazer valer os seus direitos de cidadãos contribuintes. Uma vida de trabalho reduzida a metade.

Mais de 70 por cento já morreram e os restantes pensam que o Governo está à espera que desapareçam todos de vez. Será, aliás, a maneira mais fácil de resolver o problema dos ex-funcionários da Trans-Zambesia Railway Company (TZR) que há duas décadas tentam recuperar, para efeitos de reforma, os anos de trabalho perdidos nos caminhos-de-ferro de Moçambique.

Nas cidades da metrópole, sentiam-se os anos dourados do regime. Na província, vivia-se mal, "muito mal", com excepção de algumas famílias afortunadas. A palavra África soava a aventura bem recompensada e de Vila Nova de Cerveira para Moçambique partiram às dezenas. Era mais fácil do que "dar o salto" para França e do outro lado do rio o futuro não se adivinhava melhor: os galegos refu-

gavam-se no Minho.

Entre 1947 e 1956, os cerveirenses que resolveram "arriscar uma vida melhor" empregaram-se na Trans-Zambesia Railway Company, uma empresa privada com sede em Londres que se expandiria ao longo de 900 quilómetros, da Beira ao Malawi. Em 1968, o Governo chefiado por Salazar adquiriu 93 por cento das acções da companhia. A partir desta data, embora com um estatuto especial, a TZR passou a ser uma empresa do Estado.

Nas comemorações do cinquentenário da TZR, em 1972, a compra da empresa foi orgulhosamente lembrada pelo secretário provincial de Comunicações, José Eduardo Vilar Queirós: "(...) organização que pertence ao Estado e o Estado conferiu a sua expansão". Na mesma cerimónia, o administrador-delegado, o escritor Joaquim Paço d'Arcos, diria: "Juntos, com o nosso trabalho, resgatámos afinal este caminho-de-ferro, e o entregámos

mais próspero, mais seguro de si, à nação que é hoje sua proprietária e que todos nós servimos."

## Servir? Para quê?

Augusto Armando Romeu serviu a empresa durante 19 anos. Já não participou nas comemorações, regressou um ano antes para ser o primeiro a ouvir: "Moçambique é Moçambique, nada tem a ver com o continente." Foi a resposta dos serviços da Previdência de Viana do Castelo à tentativa de transferência da sua situação de beneficiário. E decorria o ano de 1971, quando ainda se ensinava nas escolas o orgulho de Portugal pelas suas colónias.

Augusto Romeu, hoje com 63 anos e sem receber a reforma para a qual contribuiu, foi dos primeiros cerveirenses a navegar de Lisboa até ao porto da Beira, uma pequena cidade

Continua na pág. 12

# Cabo-verdianos libertados no Porto

PÚBLICO, 24.6.95

DEVIDO a um presumível erro de identificação, dois cabo-verdianos permaneceram cinco meses em prisão preventiva, tendo sido finalmente libertados quinta-feira à noite da prisão de Custódias, no Porto, após um novo reconhecimento formal, ordenado pelo Ministério Público.

Nicolau e Maximiano Varela, dois primos de 24 e 23 anos, respectivamente, foram detidos em Janeiro passado, acusados de tentativa de homicídio, apesar de desde o início terem negado o seu envolvimento na agressão à fachada de três indivíduos, na madrugada de 26 de Janeiro, à saída do Centro Comercial Dallas, no Porto.

Os dois jovens, trabalhadores

da construção civil, foram detidos dois dias após os acontecimentos, depois de terem sido identificados por uma testemunha que presenciou a agressão e continuaram na prisão mesmo depois de um outro indivíduo, entretanto detido pela PSP, ter confessado a agressão e exibido a arma do crime.

Nicolau e Maximiano Varela não tencionam, porém, apresentar qualquer pedido de indemnização. "A sua prisão pode ter sido injusta, mas não foi ilegal", explicou ontem em conferência de imprensa o advogado dos jovens, António Queijo, acrescentando que os atrasos na sua libertação não podem ser imputados às entidades judiciais e policiais. ■

**SAVIMBI À ESPERA DE CONVITE FORMAL** — O líder da UNITA, Jonas Savimbi, declarou ontem não ter ainda respondido a um convite do Governo de Angola para ocupar o cargo de vice-presidente, porque esse ainda não lhe foi feito de forma oficial, anunciou a televisão zairense. As declarações foram feitas numa entrevista gravada na quinta-feira, depois de um encontro com o Presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, em Gbadolite. "Ainda não tomei nenhuma decisão. Estou à espera de receber uma carta do Presidente [José Eduardo] Dos Santos, assim como dos seus enviados. Estamos completamente abertos. Mas só depois diremos se poderemos de facto ser úteis nesse cargo. Tenho que consultar a comissão política da UNITA para poder dar uma resposta", disse Savimbi. A rádio angolana anunciou na quarta-feira que Luanda convidara oficialmente o líder da UNITA para ser vice-presidente num futuro Governo de unidade nacional.

PÚBLICO, 25.6.95



# Anos perdidos em Moçambique

EXPRESSO, 24.6.95

em 1950. Tinha 18 anos, começara a trabalhar aos onze. Apanhou o navio Pátria no cais de Alcântara e enjouou nos 30 dias de viagem. Mas nada o faria voltar ao Porto, onde trabalhara "a doer" em troca de comida e dormida.

Após dois anos a vender produtos de mercearia por conta de outrem, o jovem Romeu ingressou nos quadros da TZR. Entre 1952 e 1971, pagou mensalmente o imposto de guerra ("o talão vermelho"), a previdência ("talão azul") e um fundo de reforma para a seguradora Africa Live, com sede na África do Sul. Os colegas "menos antigos" descontaram para a Mundial Confiança de Moçambique. Os descontos de nada lhes serviram e o "fundo" nunca o viram.

Foi o tio Jaime Romeu — homem influente em Moçambique e quadro superior da TZR — quem levou Augusto para Inhalinga, a 200 quilómetros da Beira. Nessa altura viviam ali pouco mais de cem pessoas, com a expansão da empresa o povoado transformou-se numa vila de ferroviários e o número de habitantes quintuplicou. Ao princípio até o carvão servia para conservar as bebidas frescas, depois "já nada faltava e vivia-se muito bem".

"Como é que não havíamos de gostar? Era uma terra maravilhosa. Cá não havia nada, passava-se fome. Lá havia de tudo, eu não queria vir. Fartei-me de chorar." Maria de Lurdes Fernandes Lima Romeu foi ter com o condutor Augusto Romeu em

1959, meses após ter casado em Cerveira, por procuração. Quando, em 1971, a família insistiu no regresso do casal e da sua filha de 11 anos, porque a "situação começava a ficar feia", ela pensou recusar-se e a oito dias da partida ainda estava tudo por embalar...

Idêntica vontade teve Maria Emília Guerreiro de Melo, de 70 anos. "Não pensava em voltar!" Mas seu marido, Narciso Alberto Melo, mais velho três anos, pensava o contrário e hoje recorda com mágoa as duas décadas perdidas "num trabalho duro, muito duro". Não compensou. "Estávamos convencidos que o Estado português continuava a ser o nosso patrão... Agora tenho um estatuto como se fosse estrangeiro", lamenta Narciso.

"Vivíamos em ambiente familiar, dávamo-nos todos bem, sem intrigas", reforça Maria Estela Monteiro dos Santos Romeu, nascida em Moçambique há 59 anos. Na sua terra, apaixonou-se pelo filho de Jaime Romeu, com quem veio para Cerveira em 1976. O marido, Carlos Ferro Leite Romeu, 66 anos, foi chefe de estação e ainda hoje se queixa de "nunca ter visto, sequer, a apólice do seguro de reforma", embora já o seu pai a tivesse tentado obter.

"Nós, os cerveirenses, chegámos a ser a primeira colónia", diz, saudoso, Raul Castro Ribeiro, de 59 anos, que partiu para Moçambique em 1956 e só regressou à terra natal 21 anos depois. Permaneceu em Inhalinga, mesmo após a indepen-

dência, como outros seus colegas, porque os convenceram ser a forma mais fácil de assegurar um lugar no "quadro geral de adidos" e de poder trazer alguns bens materiais.

"Foi a conselho do governo português que fizemos o contrato e, como os que vieram à frente não tinham conseguido resolver nada, ficámos mais dois anos. Foi uma espécie de braço de amizade, ficámos a ensinar o pessoal", acrescenta José António Matos Martins, que foi morar para Inhalinga em 1947 e também só voltou a Portugal em 1977.

José Matos Martins, de 64 anos, ex-inspector dos caminhos-de-ferro, regressou convencido que a situação estava resolvida: o consulado passara-lhe "uma guia de marcha como adido", as informações apontavam no sentido de uma integração na CP. Mas, na altura, os governos em Portugal caíam com facilidade e nada foi conclusivo. Nem o parecer favorável do provedor de Justiça, de 1986, evocando um decreto-lei sobre a "concessão de pensão de aposentação a funcionários e agentes das ex-colónias com um número limitado de anos de serviço", seria atendido.

Desde que voltou a Cerveira, Raul Ribeiro não tem parado de reclamar. "Chamam-me o revolucionário, eu não me conformo." Possui um dossier cheio de documentos sobre a sua situação de contribuinte sem direito a reforma, cheio de promessas governamentais em resposta às suas cartas, com

provas de que trabalhou 19 anos numa empresa pertencente ao Estado português, o mesmo que continua a não querer admitir a sua existência.

"Está em estudo e análise um projecto de diploma legislativo que poderá vir, eventualmente, a contemplar os ex-trabalhadores da Trans-Zambesia Railway Co. Ltd., pelo que deverá aguardar pelo evoluir da situação", respondeu-lhe Penim Pinheiro, director do Gabinete de Apoio aos Espoliados, no dia 15 de Junho de 1993. No ano seguinte, nova resposta: "Encontram-se em curso diligências tendentes a encontrar uma eventual plataforma susceptível de ultrapassar o impasse verificado com situações idênticas e/ou semelhantes (...)".

E como o "revolucionário" não desiste, em Março escreveu ao primeiro-ministro, este mês recebeu mais uma promessa. O chefe de gabinete de Cavaco Silva informou-o de que a carta tinha sido "submetida à consideração da secretaria de Estado da Segurança Social" e que Raul Ribeiro "será directamente informado da decisão que vier a ser tomada sobre o assunto".

Como dizia Joaquim Paço d'Arcos, em 1972, a TZR dava trabalho "a 1812 indivíduos das diversas etnias", dos quais 372 eram sindicalizados, isto é, tinham nascido no continente. Destes últimos, 70 por cento já morreram, os restantes estão na idade da reforma e dispostos a formar, enquanto o seu problema não for resolvido, "um grande grupo de indecisos". ■

# África do Sul ameaçada por um homem

EXPRESSO, 24.6.95

**DAVID BERESFORD**  
correspondente  
em Joanesburgo

NUNCA, desde a libertação de Nelson Mandela, a África do Sul se preocupou tanto com um homem como neste sábado, quando o «rinoceronte humano» entrou em campo calçando as botas cobertas de crucifixos para a final da Taça Mundial de Rúgubi.

«Os Boks têm planos para Lomu», «o Pequeno não tem medo de Lomu», lê-se nas parangonas dos jornais desta semana, a que se vêm juntar os debates de rádio sobre o que fazer para enfrentar o «fenómeno». O homem do momento é o neozelandês Jonah Lomu, de 22 anos, com 1,95 m de altura e 120 quilos de peso, que em apenas quatro jogos surgiu como sendo talvez a visão mais temível da história do rúgubi. Hoje, a sua enorme estatura intromete-se entre a África do Sul e a concretização de um sonho nacional.

Este homem pacífico — que nunca bebe álcool, pinta crucifixos na parte de trás das botas, como se quisesse dizer «estou a jogar para Deus» — esmagou literalmente a Inglaterra no passa-

do fim-de-semana para levar a Nova Zelândia às finais da Taça Mundial, onde defrontará a África do Sul. A questão é se os «Springboks» conseguem parar o homem que já foi descrito como sendo um mutante, produto dos testes nucleares no Pacífico Sul.

O êxito desportivo é importante porque, à medida que se desenrolou este torneio internacional, tornou-se evidente que o jogo assumiu uma dimensão política significativa para a África do Sul. «Uma equipa, uma nação», foi o «slogan» criado para os Springboks para a Taça do Mundo e que se concretizou de uma forma assombrosa.

«Os nossos rapazes»

O rúgubi, que há muito era considerado uma reserva exclusiva dos brancos, e onde os Springboks eram habitualmente desprezados pela população negra do país — que costumava apoiar equipas visitantes, na esperança de ver os seus «patrões» esmagados — e considerados como um símbolo da sua opressão. Mas nas últimas semanas assistiu-se a uma radical mudança de atitudes, mesmo que cuidadosamente promovida.

Os políticos do ANC pe-

diam até há pouco tempo que o nome e o emblema dos Springboks fossem substituídos, devido a serem conotados com a era do «apartheid». Agora, os comentadores desportivos negros aplaudem com entusiasmo os «AmaBoko» (os Springboks). Desmond Tutu, Prémio Nobel da Paz, pediu que fosse mantido o nome. Na véspera da enervante semifinal contra a França, no sábado passado, o próprio Presidente Mandela apareceu numa grande reunião partidária usando um boné dos Springboks e incitando a audiência a apoiar «os nossos rapazes» no seu esforço de vitória.

A mudança de atitudes foi cuidadosamente encorajada por entusiastas do rúgubi e directores desportivos. Por exemplo, a própria equipa dos Springboks ensaiou e decorou a letra do hino nacional xhosa, «God Bless Africa» para alegria das câmaras de televisão. As línguas nativas alternam com o inglês e o africânder nos comentários difundidos. Esta semana, a filial da Shell na África do Sul anunciou que, por cada vez que um jogador dos Springboks fizer uma placagem a Jonah Lomu, a em-

presa doará 1.400 dólares para «o desenvolvimento do rúgubi» — programas para o ensino do rúgubi nas cidades negras do país.

Também ajudou o facto de Lomu, o «Midnight Express», ser negro — ou pelo menos assim teria sido classificado segundo as antigas leis raciais da África do Sul. A sua posição como ameaça principal às aspirações da África do Sul à taça atravessa as divisões raciais da mesma forma que a presença de um jogador negro na equipa dos Springboks.

Esse jogador está aí, claro, entre os «AmaBoko». As esperanças de que Chester Williams, o brilhante lateral negro da equipa sul-africana, desempenhe um papel preponderante na Taça Mundial caíram por terra quando uma lesão obrigou ao seu afastamento da equipa. Mas a rápida recuperação e uma lesão de outro lateral num jogo anterior permitiu que voltasse a entrar na equipa principal. Williams tem metade da altura de Lomu, mas se conseguir dar um contributo significativo no jogo de hoje, os fãs de todo o mundo podem ficar descansados que o rúgubi e os Springboks terão um futuro assegurado na África do Sul.

## Passado regressa no aniversário da independência

EXPRESSO, 24.6.95

**REFINALDO CHILENGUE**  
correspondente  
em Maputo

O LANÇAMENTO de uma cassette com um cunho histórico-didático, com 90 minutos de duração, juntando vozes de antigos «inimigos» marcará amanhã a passagem dos 20 anos de independência de Moçambique. Entre eles estão Salazar, Marcelo Caetano, Eduardo Mondlane (o fundador da Frelimo), Samora Machel (o primeiro presidente da República Popular de Moçambique), a sua primeira mulher na guerrilha, Joana, e Uria Timóteo Simão, primeiro vice-presidente da Frelimo e por ela liquidado sob a acusação de ser «reaccionário».

Duas décadas passadas, o país continua à procura de si próprio e já passou por quase tudo o que é desgraça — cheias, secas, invasão de pragas, guerras e a degradação de valores, que empurraram o país para a posição de país

mais pobre do Mundo.

Nos primeiros anos, Moçambique tentou erguer tudo o que se podia construir ou reconstruir e formou aceleradamente quadros nacionais dentro e fora das suas fronteiras, basicamente para os sectores da Educação e da Saúde — em que foram registados substanciais sucessos, ratificados pelos organismos especializados da ONU.

A conjuntura mundial, a incompetência, a corrupção e as políticas marxistas-leninistas impostas contribuíram para a miséria acumulada. Eram os momentos dos delírios revolucionários que desaguaram nas nacionalizações, nas aldeias comunais, nas guias de marcha forçada, nos combates à «corrupção», nos controlos rigorosos e nas carências de toda a espécie, que acabaram por fazer vergar o antigo líder guerrilheiro ao FMI.

A intolerância própria dos regimes monopartidários — que se traduziu na perseguição, na prisão e em execuções na praça pública, inclu-

sive na presença de crianças, de opositores ao regime — gerou uma trágica guerra civil desencadeada por um grupo de marginalizados que se aglutinaram na Renamo. O movimento foi paulatinamente ganhando simpatias no país, basicamente nas regiões rurais, como ilustraram, aliás, os resultados das primeiras eleições multipartidárias em Moçambique.

A violência e a brutalidade de uma guerra civil que durou 16 anos deixaram graves feridas difíceis de sarar. Mais de 500 mil mortos, cerca de quatro milhões de deslocados internos, mais de 1,7 milhões de refugiados nos países vizinhos e danos materiais orçamentados em mais de 15 mil milhões de dólares é o balanço calculado da tragédia.

Estas cicatrizes fazem com que ainda prevaleçam sentimentos de rancor e de rebelião que, se não forem corrigidos atempadamente, poderão despoletar um novo conflito violento, talvez de carácter étnico-tribal, como ali-

ás deixam transpirar algumas manifestações e declarações de figuras influentes em círculos restritos. O Presidente da República, Joaquim Chissano, mantém o optimismo e entende que «perdem tempo» todos os que pensam num eventual retorno à guerra em Moçambique.

Mas, por outro lado, numa conferência subordinada ao tema «Eleições, democracia e desenvolvimento», realizada em Maputo o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, afirmou: «As eleições de Outubro de 1994 apenas serviram para legalizar o totalitarismo da Frelimo (...) Toda a gente pensa que tudo está a correr bem porque o Dhlakama diz que não voltará à guerra. Só que o Dhlakama não é o povo, e o povo interroga-se se será isto pelo que lutámos, pelo o que morremos?».

Continua na pág. 14

# Moçambique: 20 anos

EXPRESSO, 24.6.95



ANTÓNIO  
DE FIGUEIREDO\*

A RECENTE notícia de que Portugal, com um modesto total de 36 milhões de dólares, se coloca mesmo assim acima da África do Sul e da Grã-Bretanha no topo da lista de países investidores em Moçambique em 1994 introduz uma nota de ironia na passagem do 20º aniversário da independência deste país, que amanhã se comemora. Mas, apesar de provavelmente se tratar de uma excepção a uma regra anual da ascendência ou britânica ou sul-africana, o facto de ser a primeira vez desde os tempos coloniais que Portugal ocupa tal posição parece confirmar as realidades da nova ordem económica internacional. E, segundo esta, os países africanos, tendo conseguido libertar-se, com a discutível excepção das antigas colónias francesas, da subordinação individual às antigas nações coloniais, passaram eventualmente, sobretudo depois da «guerra fria», a estar à mercê da harmonia colectiva das nações mais ricas.

No que se refere a Moçambique (cujos governantes também se têm queixado de que nas reuniões dos consultores do FMI e do Banco Mundial se sentem tratados como meros transmissores de decisões já tomadas), se as iniquidades do colonialismo ainda são lembradas, as insidiosas pressões e limitações impostas pela nova ordem são mais difíceis de definir.

No âmbito regional, a geografia evidencia que o futuro económico do país continua em grande

parte a ser um desenvolvimento da interligação forjada já nos tempos coloniais pelas linhas ferroviárias que ligam o industrializado Transvaal, países interiores como o Zimbabué, a Suazilândia, o Malawi, e as zonas produtoras de minérios da Zâmbia e do Catanga aos portos do Maputo, da Beira e de Nacala. Mas facto curioso é que, com a perspectiva de reabilitação da grandiosa barragem de Cahora Bassa, que representa de longe o maior investimento individual do colonialismo português, a histórica ligação com Portugal tem um fundamento económico que ultrapassa em valor e interesse imediato quaisquer dos outros que ainda o ligam aos PALOP.

## As condições dos portugueses

Este facto, que tem o efeito prático de constituir uma amarra

de interesse mútuo para ambos os países, relaciona-se, por sua vez, com um fenómeno característico da economia dos PALOP, em que, para além das suas limitações económicas e financeiras e dos privilégios de uma língua comum, Portugal pode continuar a exercer um papel mais importante de cooperação do que muitos dos mais fantasistas nacionalistas angolanos ou moçambicanos supõem.

Eu próprio, numa reportagem publicada no diário britânico «The Guardian», em 25 de Junho de 1975, saudando a independência de Moçambique, previa que, «apesar de as ansiedades da minoria branca parecerem irrelevantes em comparação com o realmente importante facto da independência de 8 milhões de moçambicanos, uma das ironias do futuro previsível seria que os novos países independentes teriam que pagar mais para atrair novos técnicos brancos do que os governos coloniais pagavam aos antigos colonos, cujos níveis de vida, aliás, já então (como os sul-africanos brancos ainda hoje) estavam abaixo da média europeia ou americana».

Este prognóstico viria a confirmar-se com os custos do sistema de «cooperação», que aumentaram mais em relação aos dos países de procedência do que à capacidade das economias locais. E, eventualmente, com a dura realidade da ordem económica mundial pós-«guerra fria», em que as principais nações investi-

doras, dos Estados Unidos aos maiores países da UE e mesmo ao Japão, se deparam com intensa competição de oportunidades mais lucrativas nos países em desenvolvimento na Ásia, América Latina e Europa Oriental, o continente africano viria a ficar ainda mais prejudicado.

Perante tal situação, a verdade é que, relativamente aos PALOP, embora a capacidade de investimento seja relativamente modesta, a concentração de investimentos, acrescida dos factores de mais baixo custo de pessoal técnico e das vantagens da língua comum fazem de Portugal um parceiro privilegiado, como aconteceu no caso de Moçambique em 1994.

Na passagem do 20º aniversário da independência de Moçambique, e depois da acumulação das mais amargas desilusões e surpresas, o facto mais digno de celebrar é o do recente acordo para o restabelecimento da paz. Mas o mundo, entretanto, evoluiu tão rapidamente e tornou-se tão diferente que Moçambique tem que pensar a sua estratégia de desenvolvimento. No que se refere a Portugal, o facto objectivo é que os portugueses têm um interesse investido no seu arranque económico e que, tendo trocado as incertezas do antigo e disperso império pela segurança da integração na UE, estão em condições de lhe oferecer cooperação.

\*Historiador e jornalista

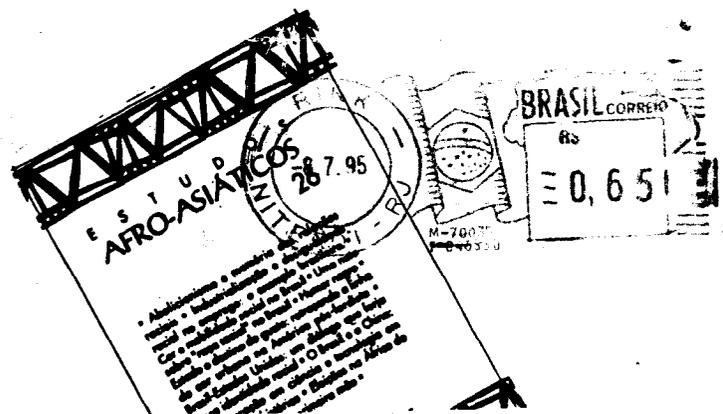
Continuação da pág. anterior

## Passado regressa no aniversário da independência

Dias antes daquele evento, Dhlakama afirmou numa conferência de Imprensa, em Maputo, que «o país está a regressar aos acontecimentos de 1977» (que levaram à criação da sua organização) e considerou que «as perspectivas de paz são sombrias», dada a alegada multiplicação de perseguições, detenções e tortura dos seus apoiantes. Pediu um encontro com Chissano, «após as comemorações do aniversário da independência», durante o qual pretende «apresentar ao

chefe de Estado as reivindicações do povo».

Moçambique possui milhares de ex-militares sem nenhum ou baixo nível académico. Na adolescência aprenderam apenas a matar para sobreviver e hoje estão na «intranquilidade sem nada para fazer» e são considerados «estrangeiros dentro do seu próprio país», segundo o presidente da Associação dos Desmobilizados de Guerra de Moçambique, Júlio Nimuire, em declarações no mesmo fórum.



I M P R E S S O